

Demonstrações Financeiras

**Société Générale Equipment Finance S/A -
Arrendamento Mercantil**

30 de junho de 2022

com relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Relatório da Administração

Prezados Clientes e Acionistas,

Em conformidade com às normas legais e estatutárias vigentes, a Administração do Societe Generale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras com o Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes referente ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Societé Générale e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.327/14, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades. O Grupo contribuiu para o desenvolvimento de uma metodologia que permite às instituições financeiras compreender melhor os riscos ambientais em suas atividades. Como membro ativo da Federação Bancária Europeia (EBF) e da Federação Bancária Francesa (FBF), o Grupo atua no sentido de promover a regulamentação adequada do financiamento sustentável e apoia as propostas regulatórias em matéria de financiamento sustentável.

Os princípios socioambientais do Grupo visam promover o desenvolvimento sustentável em parceria com as partes interessadas (clientes e colaboradores), através de uma relação ética e transparente, da preservação do meio ambiente para as gerações futuras e o respeito à diversidade. O Conglomerado, por meio do Instituto Societé Générale de Responsabilidade Social, tem como missão valorizar e transformar vidas humanas por meio da “promoção gratuita da educação, capacitação profissional, esporte, saúde, preservação do meio ambiente, arte e cultura”.

As políticas de Responsabilidade Ambiental e Social encontra-se no endereço eletrônico do sitio no Brasil, respectivamente: societegeneralebrasil.com.br/responsabilidade-ambiental/ e societegeneralebrasil.com.br/responsabilidade-social/

Ouvidoria e Canal de Denúncias

O Grupo Société Générale constitui **Canal de Ouvidoria** a seus clientes. O Conglomerado utiliza das atividades de Ouvidoria compartilhada através de componente organizacional instalado exclusivamente em Societe Generale Equipment Finance S.A - Arrendamento Mercantil, conforme previsão normativa, de modo que a Ouvidoria está estabelecida nesta unidade para atendimento das companhias que compõem o Conglomerado Société Générale Brasil. Os dados para acesso ao atendimento de Ouvidoria estão disponíveis no site do Conglomerado (societegeneralebrasil.com.br), bem como, no site do Societe Generale Equipment Finance S.A - Arrendamento Mercantil (equipmentfinance.societegenerale.com/ouvidoria/).

Também, em atendimento ao disposto na Resolu o CMN n  4.859/2020, a Societe Generale Equipment Finance S.A - Arrendamento Mercantil disponibilizou o **Canal de Denúncias** aos seus funcionários, para que possam reportar, sem a necessidade de identifica o pessoal, situa es com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades da empresa. Os procedimentos de utiliza o do canal podem ser encontrados no site do Societe Generale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil (equipmentfinance.societegenerale.com/canal-denuncia/).

A Administra o do Societe Generale Equipment Finance S.A - Arrendamento Mercantil agradece aos Clientes e a Acionistas o indispensável apoio e confiança depositados e aos colaboradores pelo empenho e dedica o.

São Paulo, 15 de Agosto de 2022

Administradores

ROBERTO LUIS MARTINELLI DE OLIVEIRA

CYRIL DESIRE ALBERIS ANDRE (Responsável pela Contabilidade)

Contador

FÁBIO PAVANELLI FREDERICO - CRC - 1SP300531

Société Générale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil

Demonstra es financeiras

30 de junho de 2022

 ndice

Relatório do auditor independente sobre as demonstra�es financeiras.....	1
Demonstra�es financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	4
Demonstra�o do resultado	6
Demonstra�o do resultado abrangente	7
Demonstra�o das muta�es do patrimônio líquido	8
Demonstra�o dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstra�es financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas e aos Administradores da

Société Générale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Société Générale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil (“Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Société Générale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de agosto de 2022.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-F



Marília Nascimento Soares
Contadora CRC- SP301194/O-9

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL
BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
	<u>explicativa</u>		
Disponibilidades	6	<u>128</u>	<u>284</u>
Instrumentos Financeiros		<u>85.510</u>	<u>90.425</u>
Depósitos Interfinanceiros Ligadas	7a	85.510	90.425
Operações de Arrendamento Mercantil	8	<u>195.604</u>	<u>200.872</u>
Arrendamento Mercantil Financeiro		195.604	200.773
Arrendamento Mercantil Operacional		-	99
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		<u>(11.157)</u>	<u>(12.404)</u>
(-) Provisão para Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(11.157)	(12.404)
Outros ativos		<u>13.003</u>	<u>29.689</u>
Diversos	10a	13.003	29.689
Imobilizado de Uso		<u>55</u>	<u>73</u>
Outras Imobilizações de Uso		906	906
(-) Depreciações Acumuladas		(851)	(833)
Imobilizado de Arrendamento Operacional		<u>9.196</u>	<u>12.584</u>
Bens Arrendados	11	14.297	17.918
(-) Depreciações Acumuladas	11	(5.101)	(5.334)
Intangível		<u>26</u>	<u>48</u>
Licenças de Uso - Software		659	659
(-) Amortização de Licença de Uso - Software		(633)	(611)
TOTAL DO ATIVO		<u><u>292.365</u></u>	<u><u>321.571</u></u>

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL
BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais - R\$)

<u>PASSIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depósitos e demais instrumentos financeiros		<u>138.516</u>	<u>126.541</u>
Depósitos Interfinanceiros Ligadas	13a	115.040	86.602
Empréstimos no Exterior	14a	23.476	39.939
Provisões		<u>46.068</u>	<u>88.177</u>
Fiscais e Previdenciárias	10b	2.940	19.212
Diversas	10c	43.128	68.965
Provisões para contingências	10c	<u>16.799</u>	<u>17.499</u>
Outros passivos		<u>498</u>	<u>798</u>
Descontos Obtidos a Diferir	15	498	798
Obrigações fiscais diferidas	12c	<u>5.810</u>	<u>5.895</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>84.674</u>	<u>82.661</u>
Capital Social	16a	84.398	84.398
Reservas de Capital		1.276	1.364
Reserva Legal		273	273
Lucros Acumulados		(1.273)	(3.374)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>292.365</u>	<u>321.571</u>

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
 (Em milhares de reais - R\$) - Exceto o lucro por ações

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		12.039	16.631
Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil	8	7.759	14.665
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7b	4.280	1.965
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		-	1
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(992)	(2.721)
Operações de Captações no Mercado	13b	(3.881)	(3.469)
Operações de Empréstimos e Repasses	14a	1.737	430
(Constituição)/ Reversão de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9	1.152	318
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		11.047	13.910
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(7.327)	(11.579)
Rendas de Tarifas Bancárias		27	27
Despesas de Pessoal		(8.037)	(6.909)
Outras Despesas Administrativas	18	(3.480)	(2.811)
Despesas Tributárias		(1.969)	(3.814)
Reversão com Contingências	22	700	-
Outras Receitas Operacionais	19	5.590	2.087
Outras Despesas Operacionais	20	(158)	(159)
RESULTADO OPERACIONAL		3.720	2.331
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO		(1.703)	(1.165)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		2.017	1.166
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12	84	3.142
Imposto de Renda Corrente		-	(7.991)
Contribuição Social Corrente		-	(113)
Passivo Fiscal Diferido		84	11.246
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO		2.101	4.308
LUCRO/PREJUÍZO POR AÇÕES - R\$		0,68	1,40

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE		<u>2.101</u>	<u>4.308</u>
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para lucros ou prejuízos:			
		<u>(88)</u>	<u>(24)</u>
Plano de Benefícios	21	<u>(88)</u>	<u>(24)</u>
Pagamento baseado em ações		<u>(88)</u>	<u>(24)</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE		<u>2.013</u>	<u>4.284</u>

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Capital</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>134.398</u>	<u>1.330</u>	<u>273</u>	<u>-</u>	<u>136.001</u>
Redução de Capital		(50.000)	-	-	-	(50.000)
Plano de Pagamento Baseado em Ações		-	(24)	-	-	(24)
Lucro no Semestre		-	-	-	4.308	4.308
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021		<u>84.398</u>	<u>1.306</u>	<u>273</u>	<u>4.308</u>	<u>90.285</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>84.398</u>	<u>1.364</u>	<u>273</u>	<u>(3.374)</u>	<u>82.661</u>
Plano de Pagamento Baseado em Ações	21	-	(88)	-	-	(88)
Lucro no Semestre		-	-	-	2.101	2.101
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022		<u>84.398</u>	<u>1.276</u>	<u>273</u>	<u>(1.273)</u>	<u>84.674</u>

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	30/06/2022	30/06/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro/Prejuízo Líquido do Semestre/ Exercício		2.101	4.308
Ajustes que não afetam o Fluxo de Caixa		(3.760)	34.289
Depreciações e Amortizações		(193)	1.322
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação	8	289	44.984
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12c	(84)	(11.246)
Variação Cambial de Empréstimos	14b	(2.492)	(1.185)
Juros sobre Empréstimos	14b	755	755
Constituição/(Reversão) de Contingência	22	(700)	-
Ajustes de marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos		-	1
Plano de Pagamento Baseado em Ações	21	(88)	(24)
Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	9	(1.247)	(318)
Lucro/Prejuízo Líquido do Semestre/ Exercício Ajustado		(1.659)	38.597
Variação de Ativos e Obrigações		12.608	(32.210)
(Aumento)/ Redução em Operação de Arrendamento Mercantil		4.979	28.175
(Aumento)/ Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		4.915	(33.070)
(Aumento)/ Redução de Instrumentos Financeiros Derivativos		-	781
(Aumento)/ Redução de Outros Créditos		16.686	(9.724)
Aumento/ (Redução) em Outras Obrigações		(40.086)	18.261
Aumento/ (Redução) em Depósitos Interfinanceiros		28.438	(32.497)
Aumento/ (Redução) em Resultado de Exercícios Futuros		(299)	(667)
Impostos pagos		(2.025)	(3.469)
Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais		10.949	6.387
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de Imobilizado de Arrendamento		3.621	-
Caixa Líquido usado nas Atividades de Investimento		3.621	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos		-	(262)
Redução em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(14.726)	(6.244)
Caixa Líquido investido nas Atividades de Financiamento		(14.726)	(6.506)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(156)	(119)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE	6	284	152
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE	6	128	33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Société Générale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil (“Sociedade”) tem por objeto social a prática das operações de arrendamento mercantil definidas pela Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, tendo certas operações a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

A parte principal das captações é proveniente da matriz no exterior do Grupo Société Générale – Paris, e atualmente, vem sendo feitas através de depósitos interfinanceiros com o Banco Société Générale Brasil S.A. (“instituição líder do Conglomerado”), cujo suporte financeiro será mantido pelo controlador.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) no que forem aplicáveis.

A Resolução BCB nº2, de agosto de 2020 consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, incluindo: a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente. A norma prevê ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior.

Em decorrência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Sociedade, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN.

- a) CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução nº 4.144/12 do CMN;
- b) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução nº 3.566/08 do CMN;
- c) CPC 02 – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução nº 4.424/15 do CMN;

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO (Em milhares de reais - R\$)

- d) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução nº 3.604/08 do CMN;
- e) CPC 04 – Ativo Intangível – homologado pela Resolução nº 4.534/16 do CMN;
- f) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução nº 3.750/09 do CMN;
- g) CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução nº 3.989/11 do CMN;
- h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução nº 4.007/11 do CMN;
- i) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução nº 3.973/11 do CMN;
- j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN;
- k) CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução nº 4.535/16 do CMN;
- l) CPC 33 – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução nº 4.424/15 do CMN;
- m) CPC 46 – Mensuração do valor justo - homologado pela Resolução nº 4.748/19 do CMN.
- n) Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução nº 4.144/12 do CMN.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 15 de Agosto de 2022.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Disponibilidades

São representados por disponibilidades em moeda nacional cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pela Sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução nº 3.604/08 do CMN.

c) Instrumentos financeiros (ativos e passivos)

i) Depósitos Interfinanceiros

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 do BACEN, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, segundo a intenção da Administração, conforme segue:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados como “para negociação” e “disponíveis para venda” são avaliados pelo seu valor de mercado, e os classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “para negociação” são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do semestre.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “disponíveis para venda” são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada “Ajustes de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários.

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO (Em milhares de reais - R\$)

ii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap” e são assim avaliados: o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (“hedge”) podem ser classificados como:

I - “hedge” de risco de mercado; e

II - “hedge” de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- (1) Para aqueles classificados como “hedge” de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado; e
- (2) Para aqueles classificados como “hedge” de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

d) Operações de Arrendamento Mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda e contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo Bacen, conforme seguem:

d.1) Arrendamento Mercantil Financeiro

As operações de arrendamento mercantil financeiro são registradas a valor presente, e as contas que compõem o saldo são descritas abaixo:

i. Arrendamento a receber

Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de “Rendas a apropriar de arrendamento mercantil”. As contraprestações de arrendamento são registradas como “Receitas da intermediação financeira – operações de arrendamento mercantil” pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável.

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO (Em milhares de reais - R\$)

ii. Rendas a apropriar

As rendas das operações de arrendamento que estiverem vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecerão nessa classificação por seis meses, quando então serão baixadas contra a provisão existente e passarão a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

iii. Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação dos bens do imobilizado de arrendamento é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de “Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil”.

iv. Valores residuais garantidos

Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de “Valores residuais a realizar”, tendo como contrapartida a rubrica de “Valores residuais a balancear”.

v. Perdas de arrendamento a amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados.

vi. Superveniência ou insuficiência de depreciação

Na apuração do resultado do diário é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos financeiros a receber, utilizando a taxa interna de retorno de seu respectivo contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e das operações de arrendamento, registrando a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é registrada no resultado, como receita na rubrica de “Operações de arrendamento mercantil” e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa na rubrica de “Operações de arrendamento mercantil”, tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido.

d.2) Arrendamento Mercantil Operacional

i. Arrendamento Operacional a Receber

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO (Em milhares de reais - R\$)

Refletem o valor presente das contraprestações a receber, atualizado de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

ii. Rendas a apropriar

Representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber, sendo apropriadas ao resultado quando da emissão das parcelas contratuais.

iii. Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional

Registrado pelo custo de aquisição, deduzidas as respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo prazo dos contratos de Arrendamento Mercantil Operacional e baseada na estimativa do valor de mercado dos respectivos bens ao final do contrato.

e) Depreciação

A depreciação dos bens de imobilizado de uso é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo “rating” em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Conforme instruções do Banco Central, a Sociedade contabiliza provisão adicional de perdas esperadas associadas ao risco de crédito em relação as perdas calculadas no ECL (expected credit loss) da Matriz. As provisões calculadas pela Matriz e locais são comparadas por cliente e quando a provisão da Matriz for maior é constituído o valor da diferença no resultado local.

g) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico e, estão sujeitos ao teste de recuperabilidade, de acordo com critérios estabelecidos pelo CPC 1, referendado pela Resolução nº 3.566/08 do CMN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

h) Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base “pro rata” dia.

i) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos a índices de atualização, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do semestre.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do CPC o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas.
- Provisões - são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes – de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevante. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias – decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis; e
- Depósitos judiciais - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120 ao semestre. A alíquota da contribuição social para 30 de junho de 2022 é de 15%.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda em seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

m) Partes relacionadas

As divulgações de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância a Resolução nº 3.750 do CMN, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico 5, do CPC, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

n) Mensuração a valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão eventualmente vir a ser diferentes dos estimados.

o) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

p) Resultado por ação

A divulgação do lucro líquido por ação é apresentada pela divisão do lucro líquido do período pela quantidade total de ações.

q) Plano de pagamento baseado em ações

O plano de pagamento baseado em ações, está classificado como instrumento patrimonial, detalhado na nota explicativa 21, calculada com base no valor da ação do Grupo SG Global, atualizado pelo EUR na data do fechamento, e é reconhecido como despesa durante o período de carência em contrapartida da conta de “reserva de capital” no patrimônio líquido.

r) Resultado recorrente e não recorrente

A divulgação dos resultados recorrentes e não recorrentes são efetuados em consonância a Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, que determinou a apresentação em Nota explicativa de forma segregada os resultados que não estejam relacionados ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A Administração possui em política a relação de atividades consideradas atípicas e monitora semestralmente o resultado destas atividades.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2022 não houve resultados não recorrentes relevantes. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve resultado não recorrente de R\$20.000 mil, relacionado a venda de equipamento no encerramento de contrato de arrendamento mercantil.

Entende-se como resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O processo de Gerenciamento de Riscos é realizado de forma integrada e consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A.

O nível de risco aceitável na condução dos negócios está estabelecido na RAS (Risk Appetite Statement) para o Conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil, de acordo com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços e atividades, e em conformidade com a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017. Os indicadores dos riscos são produzidos e formalmente reportados pelas unidades especializadas na gestão de cada tipo de risco, de forma independente das unidades de negócios.

A área de Gestão Integrada dos Riscos monitora estes indicadores mensalmente para garantir que a exposição não ultrapasse os limites e as métricas estabelecidas na RAS, e reporta eventuais excessos ao Diretor de Riscos e aos Membros do Comitê de Riscos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

O relatório completo sobre a Gerenciamento de Riscos requerido pela Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, que não fazem parte da Demonstrações Financeiras, está disponível no endereço eletrônico: www.sgbrasil.com.br.

I. Risco de crédito: Em linha com as melhores práticas, o Gerenciamento de Risco de Crédito é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira. Assim como registrado no período anterior, para o semestre findo em 30 de junho de 2022, a carteira não registrou deterioração relacionada ao cenário macroeconômico impactado pela COVID19. Os pedidos de renegociação foram limitados e só ocorreram no período anterior. Para as renegociações ligadas a COVID19 os ratings foram mantidos (conforme os parâmetros da regulação vigente). A instituição registrou redução em sua despesa de PDD, uma vez que o nível de atrasos foi muito baixo, os clientes que renegociaram retomaram os pagamentos terminado o período de carência.

II. Risco de mercado: É o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil. São classificadas como fonte de risco de mercado as opera es sujeitas   variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de a es e dos preços de mercadorias (commodities). Todas as opera es existentes no BSGB são consideradas para efeito de Gerenciamento de Risco de Mercado, exceto as opera es vinculadas aos recursos provenientes do capital.

As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

(a) Técnicas de Mensuração de Risco de Mercado

i. Valor em Risco (Value at Risk)

O VaR   uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas   carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condi es do mercado. Ele expressa o valor "máximo" que o Conglomerado pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (100% - 99%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manutenção das posi es" (1 dia). Além disto, pressupõe também que a movimentac o ocorrida ao longo deste período seguir  um padrão similar ao das movimentac es que tenham ocorrido ao longo de períodos de 260 dias úteis no passado, ou seja 1 ano. O VaR   utilizado para a mensuração de risco como, por exemplo, das opera es financeiras da carteira de negociação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real. Os limites estabelecidos são diariamente monitorados pela Área de Risco de Mercado do Conglomerado.

ii. Análise de Sensibilidade

A Análise de Sensibilidade visa mensurar o risco de mercado das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação das taxas de juros nacionais e internacionais. A análise consiste em verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Tal medida é internacionalmente conhecida, dentre outras denominações, por DV01 (dolar-value ou delta-value for one basis-point), PV01 ou PVBP (present value of a basis-point) ou Monetary Duration. Nos controles e relatórios de risco gerados diariamente pela área de Risco de Mercado do Conglomerado, a metodologia de “Análise de Sensibilidade” é aplicada considerando uma oscilação de 10 basis-point (isto é, 0,10%) nas taxas de juros locais, também nas taxas de juros internacionais. Para monitorar a conformidade em relação aos limites definidos, o resultado obtido a partir da aplicação do choque de 10 basis-points em cada fator de risco (ou seja, taxa de juros em reais e taxas de juros em moeda estrangeira) é comparado aos limites de sensibilidade pré-estabelecidos pela área de risco de mercado e aprovados pelo Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez.

iii. Testes de estresse

Com o objetivo de estimar a possível perda não contemplada pelo VaR, a Área de Risco de Mercado do Conglomerado avalia diariamente os possíveis impactos nas posições em cenários extremos. O teste de estresse é uma ferramenta que busca quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos que sejam desfavoráveis financeiramente às posições da instituição. Para o Conglomerado, o teste de estresse possui dois objetivos: delimitar o risco de uma atividade ou de um mercado específico e proporcionar uma visão do risco global e do risco por produto, para desta forma proteger o Grupo Société Générale de consequências desfavoráveis resultado de choques de mercado. Os cenários de teste de estresse consistem em cenários previamente definidos e revisados anualmente pela área de Risco de Mercado. São baseados em eventos históricos ou hipotéticos, que apresentam alguma possibilidade real de ocorrência.

(b) Risco de Câmbio

O Conglomerado está exposto aos efeitos de flutua o nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situa o financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio   monitorado diariamente através da apura o da exposi o cambial em moeda estrangeira. O Conglomerado controla a exposi o a esse fator de risco através da atua o nos mercados de derivativos cambiais.

(c) Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa   o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo   o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Conglomerado se expõe aos efeitos de flutua o das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros, como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem variar

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

em decorrência dessas flutuações, podendo resultar em perdas para a instituição. As áreas de Risco de Mercado em Paris, Nova Iorque e Brasil, juntamente com os membros do Comitê de Gestão de Capital, Riscos de Mercado e Liquidez Grupo (CGCRLMG), estabelecem limites sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido.

III. Risco de liquidez: O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações.

IV. Risco operacional: O Gerenciamento do Risco Operacional do Conglomerado é feita de forma contínua e integrada quanto a governança, relatórios de monitoramento, treinamento e comunicação para garantir a eficácia dos processos, de acordo com as diretrizes do Grupo Société Générale na França, com as exigências da Basiléia II, com a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 e com a Política de Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado do Société Générale Brasil.

A estrutura inclui o monitoramento do Risco Operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição, prevendo os respectivos planos de contingências, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos de Terceiros do Conglomerado do Société Générale Brasil. A atividade de Gerenciamento do Risco Operacional é executada por um departamento específico, segregado da unidade executora e da atividade de auditoria interna, subordinada ao Diretor de Riscos.

O Conglomerado identifica e monitora a sua exposição ao Risco Operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basiléia II; essa avaliação é revisada periodicamente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de risco; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade (regulatório e reputacional), de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo, e anti-suborno e anti-corrupção (“compliance”); vi) gestão de crise e planos de continuidade de negócios; vii) comitê de novos produtos; e viii) treinamentos internos e campanhas de conscientização dos colaboradores.

Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias.

Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013, e alterada pela Circular nº 3.675, de 31 de outubro de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN no 3.678, de 31 de outubro de 2013, alterada

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO (Em milhares de reais - R\$)

pela Circular nº 3.716, de 21 de agosto de 2014, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos, os quais não fazem parte dessas Demonstrações Financeiras.

5. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O Conglomerado do Grupo Société Générale Brasil S.A. realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada institui o financeira integrante individualmente responsável pelos respectivos gerenciamentos de capital e avalia es de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade   realizada através de Estruturas de Gerenciamento de capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoramento de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado prevendo:

- i. Mecanismos para a identifica o e avalia o dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrim nio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a Sociedade e periodicamente reportados   administra o;
- ii. Plano de capital abrangendo o horizonte de três anos;
- iii. Simula es de eventos severos e condi es extremas de mercado (testes de estresse) e avalia o de seus impactos no capital.

As informa es acima são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa e então submetidos ao Comitê de Gestão de Capital, Riscos de Liquidez e Mercado Grupo (CGCRLMG).

O dimensionamento das Estruturas   adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e opera es, sendo a coordena o entre as estruturas realizada através do CGCRLMG, que se reúne mensalmente.

A organiza o mant m capital regulatório mínimo para suportar suas atividades, calculando mensalmente o consumo de capital de acordo com a Resolu o 4.557, de 23 de fevereiro de 2017. Para efeito prospectivo, estimamos anualmente o capital requerido no horizonte de 3 anos num cenário normal e estressado baseando-se no orçamento estabelecido pela área de negócios, sendo este estudo aprovado no Comitê de Gestão de Capital, Riscos de Liquidez e Mercado Grupo (CGCRLMG). Este estudo pode ser revisado a qualquer tempo, desde que condi es excepcionais se manifestem antes do prazo de um ano estabelecido em nossa política. Caso venha a ser detectado eventual descumprimento dos níveis definido pelo BACEN durante nossa proje o de 3 anos, são adotadas as seguintes medidas:

Nível	Tempo Desenquadramento	A�o	Fórum
-------	---------------------------	-----	-------

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO (Em milhares de reais - R\$)

Nível 1	6 meses	Definição de Estratégia	ExCo & CGCRLM
Nível 2	3 meses	Reavaliação da Estratégia	ExCo & CGCRLM
Nível 3	2 meses	Reavaliação da Estratégia	ExCo, CGCRLM & Matriz
Nível 4	N/A	Operacionalização do Aumento de Capital	Matriz

6. DISPONIBILIDADES

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Disponibilidades	<u>128</u>	<u>284</u>
Total	<u>128</u>	<u>284</u>

7. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) O saldo de aplicações em depósitos interfinanceiros refere-se às aplicações em CDI pós junto a instituição líder com vencimentos até 2024.

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Depósitos interfinanceiros ligadas (nota 17a)	<u>85.510</u>	<u>90.425</u>
Curto prazo	-	62.247
Longo prazo	<u>85.510</u>	<u>28.178</u>

b) Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Receitas de aplicações CDI (nota 17a)	<u>4.280</u>	<u>1.965</u>
Total	<u>4.280</u>	<u>1.965</u>

8. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os contratos de arrendamento mercantil estão registrados pelos seus valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue.

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO (Em milhares de reais - R\$)

ARRENDAMENTO FINANCEIRO

a) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro:

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Arrendamentos a receber	223.691	222.745
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(223.375)	(222.455)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação (nota 8e)	187.503	185.383
Superveniência de depreciação (notas 8e)	23.238	23.575
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (nota 8e)	18.985	22.678
Credores por antecipação de valor residual	<u>(34.438)</u>	<u>(31.153)</u>
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	<u>195.604</u>	<u>200.773</u>

b) Composição de valor presente de arrendamento financeiro por vencimento

<u>Prazo</u>	<u>30.06.2022</u>		<u>31.12.2021</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Vencidas até 14 dias	99	0,1%	109	0,1%
Vencidas a partir de 15 dias	198	0,1%	399	0,2%
A vencer até 3 meses	22.449	11,5%	29.421	14,7%
A vencer de 3 a 12 meses	54.965	28,1%	57.698	28,7%
A vencer de 1 a 3 anos	93.537	47,8%	91.104	45,4%
A vencer de 3 a 5 anos	24.347	12,4%	22.015	11,0%
A vencer de 5 a 15 anos	<u>9</u>	<u>0,0%</u>	<u>27</u>	<u>0,0%</u>
Total	<u>195.604</u>	<u>100,0%</u>	<u>200.773</u>	<u>100,0%</u>

c) Composição de valor presente do arrendamento financeiro por atividade

<u>Setor Privado</u>	<u>30.06.2022</u>		<u>31.12.2021</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Percentual sobre o Total</u>	<u>Valor</u>	<u>Percentual sobre o Total</u>
Indústria	47.398	24,2%	51.503	25,7%
Comércio	17.169	8,8%	25.235	12,6%
Instituição Financeira	26.488	13,5%	30.862	15,3%
Outros Serviços	<u>104.549</u>	<u>53,5%</u>	<u>93.173</u>	<u>46,4%</u>
Total	<u>195.604</u>	<u>100,0%</u>	<u>200.773</u>	<u>100,0%</u>

d) Composição do valor presente de arrendamento financeiro por maiores devedores

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Principal devedor	25.224	29.337
10 seguintes maiores devedores	94.170	88.747
20 seguintes maiores devedores	43.002	43.518
50 seguintes maiores devedores	29.086	32.599
100 seguintes maiores devedores	<u>4.122</u>	<u>6.572</u>
Total	<u>195.604</u>	<u>200.773</u>

e) Bens arrendados – Arrendamento financeiro

	<u>Taxa anual de Depreciação (%)</u>	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Máquinas e equipamentos	14,29%	315.546	301.835
Equipamentos de informática	28,57%	25.148	53.352
Veículos e afins	28,57%	10.152	10.152
Aeronaves	28,57%	41.685	41.686
Depreciação acumulada		<u>(205.028)</u>	<u>(221.642)</u>
Total		<u>187.503</u>	<u>185.383</u>
Superveniência de depreciação (nota 8a)		23.238	23.575
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (nota 8a)		18.985	22.678

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

ARRENDAMENTO OPERACIONAL

a) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento operacional

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Arrendamentos a receber - setor privado	699	2.608
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	<u>(699)</u>	<u>(2.509)</u>
Total	<u>-</u>	<u>99</u>

b) Composição do arrendamento operacional por vencimento

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO (Em milhares de reais - R\$)

<u>Prazo</u>	<u>30.06.2022</u>		<u>31.12.2021</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Vencidos até 14 dias	-	-	99	3,8%
A vencer até 3 meses	487	69,7%	861	33,0%
A vencer de 3 a 12 meses	212	30,3%	1.648	63,2%
A vencer 1 a 3 anos	=	=	=	=
Total	<u>699</u>	<u>100,0%</u>	<u>2.608</u>	<u>100,0%</u>

c) Composição do arrendamento operacional por atividade:

	<u>30.06.2022</u>		<u>31.12.2021</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Percentual sobre o Total</u>	<u>Valor</u>	<u>Percentual sobre o Total</u>
Setor privado				
Outros serviços	<u>699</u>	<u>100,0%</u>	<u>2.608</u>	<u>100,0%</u>
Total	<u>699</u>	<u>100,0%</u>	<u>2.608</u>	<u>100,0%</u>

RESULTADO DE OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Receita de arrendamento	53.594	113.870
(Insuficiência) / Superveniência de depreciação	(289)	(44.984)
Despesa de depreciação de bens arrendados	(32.152)	(43.339)
Outras (despesas) / receitas de arrendamento	<u>(13.394)</u>	<u>(10.882)</u>
Total	<u>7.759</u>	<u>14.665</u>

9. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

O risco da carteira de arrendamento mercantil, a valor presente, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682/99 do CMN, estavam assim distribuídos:

(*) Valor de provisão adicional é referente ao ajuste de ECL calculado pela Matriz, contabilizado seguindo instruções do BACEN.

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)**

Nível de <u>Risco</u>	Percentual de <u>Provisão</u>	30/06/2022				31/12/2021			
		Curso		Total da		Curso		Total da	
		<u>Normal</u>	<u>Vencido</u>	<u>Carteira</u>	<u>Provisão</u>	<u>Normal</u>	<u>Vencido</u>	<u>Carteira</u>	<u>Provisão</u>
AA	-	26.023	-	26.023	-	24.762	-	24.762	-
A	0,50%	32.141	-	32.141	161	38.225	-	38.225	191
B	1,00%	102.335	8	102.343	1.023	105.593	27	105.620	1.056
C	3,00%	24.665	107	24.771	743	22.288	43	22.331	670
D	10,00%	1.157	-	1.157	116	238	17	255	25
E	30,00%	389	-	389	117	2.056	81	2137	641
F	50,00%	-	-	-	-	463	-	463	233
G	70,00%	1.481	121	1.603	1.122	-	-	-	-
H	100,00%	<u>7.815</u>	<u>61</u>	<u>7.876</u>	<u>7.876</u>	<u>9.248</u>	340	<u>9.588</u>	<u>9.588</u>
Provisão mínima		<u>196.006</u>	<u>296</u>	<u>196.303</u>	<u>11.157</u>	<u>202.873</u>	<u>508</u>	<u>203.381</u>	<u>12.404</u>
Provisão adicional (*)					78				1.398
Total					<u>11.235</u>				<u>13.802</u>

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	30.06.2022	31.12.2021
Saldo Inicial	12.404	15.549
(Reversão) / Constituição	(1.152)	(3.145)
Créditos baixados para prejuízo	<u>(95)</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>11.157</u>	<u>12.404</u>
Constituição adicional	78	1.398
Curto prazo	3.765	5.414
Longo prazo	7.392	6.990

10. OUTROS ATIVOS E PROVISÕES

a) Outros ativos	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Impostos a compensar	12.290	28.796
Adiantamento e antecipações salariais	27	71
Devedores diversos no país	191	18

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

Despesas antecipadas	453	760
Outros	<u>42</u>	<u>44</u>
Total	<u>13.003</u>	<u>29.689</u>
Curto prazo	1.979	18.811
Longo prazo	11.023	10.878

b) Provisões - fiscais e previdenciárias

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Provisão para impostos e contribuições	-	16.672
Impostos e contribuições a recolher	<u>2.940</u>	<u>2.540</u>
Total	<u>2.940</u>	<u>19.212</u>
Curto prazo	1.219	17.564
Longo prazo	1.721	1.648

c) Provisões - diversas

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Fundo de reserva de financiamento	35.982	56.725
Provisão para riscos fiscais	16.774	16.774
Provisão para riscos trabalhistas	-	700
Provisão para riscos cíveis	25	25
Despesas de pessoal	5.179	5.144
Valores a pagar a sociedade ligada (nota 17a)	63	63
Credores diversos – fianças (nota 17)	73	73
Credores diversos	-	328
Provisão adicional ECL (*)	78	1.938
Provisão para pagamentos a fornecedores	1.058	814
Outras	<u>695</u>	<u>3.880</u>
Total	<u>59.927</u>	<u>86.464</u>
Curto prazo	55.422	77.883
Longo prazo	4.505	8.581

(*) Valor de provisão adicional referente ao ajuste calculado para a Matriz

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO (Em milhares de reais - R\$)

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

Bens arrendados – Arrendamento operacional

	Taxa anual de Depreciação (%)	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Máquinas e equipamentos	28,57%	14.297	17.918
Depreciação acumulada		<u>(5.101)</u>	<u>(5.334)</u>
Total		<u>9.196</u>	<u>12.584</u>

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021:

	<u>Imposto de Renda</u>		<u>Contribuição Social</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
(Prejuízo)/Lucro antes do IRPJ e da CSLL	2.017	1.166	2.016	1.166
Alíquota vigente	<u>25%</u>	<u>25%</u>	<u>15%</u>	<u>15%</u>
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL	(504)	(292)	(302)	(175)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Outros	(30)	(26)	(18)	(16)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias (1)				
Resultado com marcação a mercado	-	(9)	-	(6)
Provisão para devedores duvidosos	288	80	173	48
Provisão de contingências	175	-	105	-
Outras diferenças temporárias	665	60	399	36
Superveniência	(72)	(11.246)	-	-
(Imposto de Renda e Contribuição Social) / Base	<u>521</u>	<u>(11.433)</u>	-	<u>(113)</u>
Negativa de Imposto de Renda e Contribuição Social				
Compensação de prejuízo fiscal	-	3.430	-	-
Imposto de renda – alíquota adicional	12	12	-	-

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

Deduções PAT	-	-	-	-
Total de IRPJ e CSLL corrente	-	<u>(7.991)</u>	-	<u>(113)</u>
Imposto diferido sobre superveniência	84	11.246	-	-
Total da despesa de IRPJ e CSLL	<u>84</u>	<u>3.255</u>	-	<u>(113)</u>
Ajuste de Exercícios Anteriores	=	=	=	=
Crédito Tributário sobre Superveniência	=	=	=	=
Total de Despesa de IRPJ e CSLL	=	=	=	=

b) Constituição do imposto de renda diferido

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Superveniência de depreciação (nota 8a)	23.238	36.652
Alíquota de imposto de renda	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Constituição sobre diferenças temporárias	<u>5.810</u>	<u>9.163</u>

O valor constituído de passivo fiscal diferido refere-se a 25% de IR sobre o saldo final do ativo de Superveniência/Insuficiência de depreciação de bens objeto de operações de arrendamento mercantil.

No semestre findo 30 de junho de 2022, a entidade possui o saldo de Provisão para riscos fiscais (Nota 22) de R\$ 16.774, o qual não foi constituído ativo fiscal diferido devido a não previsibilidade de execução da ação nos próximos 10 anos, conforme Resolução CMN nº 4.842 de 30-jul-20.

c) Movimentação do imposto de renda diferido

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Saldo inicial	5.894	20.409
Adições / (Reversões)	<u>(84)</u>	<u>(11.246)</u>
Saldo final	<u>5.810</u>	<u>9.163</u>

13. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

a) O saldo de depósitos interfinanceiros refere-se às captações em CDI Pré e Pós junto a Instituição líder do Conglomerado.

30.06.2022 31.12.2021

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

Depósito interfinanceiro ligada (nota 17a)	<u>115.040</u>	<u>86.602</u>
Total	<u>115.040</u>	<u>86.602</u>
Curto prazo	37.017	25.962
Longo prazo	78.023	60.640

b) Resultado de captação no mercado

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Operações de captação no mercado (nota 17a)	<u>(3.881)</u>	<u>(3.469)</u>
Total	<u>(3.881)</u>	<u>(3.469)</u>

14. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Segregação empréstimos no país e exterior

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
	<u>Patrimonial</u>	<u>Patrimonial</u>	<u>Resultado</u>	<u>Resultado</u>
Empréstimos:				
Obrigações por empréstimos no País (a)	-	-	-	(212)
Obrigações por empréstimos no exterior – não ligadas (c)	6.801	13.435	(582)	(288)
Obrigações por empréstimos no exterior – ligadas (c) (nota 17a)	16.675	26.504	2.319	930
Obrigações por empréstimos	<u>23.476</u>	<u>39.939</u>	<u>1.737</u>	<u>430</u>
Curto prazo	17.230	32.175		
Longo Prazo	6.246	7.764		
	<u>23.476</u>	<u>39.939</u>		

i) Captações no País - Resolução nº 2.921

Em 23 fevereiro de 2017, a Sociedade captou empréstimo junto ao Banco Safra vinculado nos recebíveis de operações de arrendamento mercantil da Tecban – Tecnologia Bancária, no montante de R\$ 33.203, com juros de 3,20% a.a e com taxa de 100% do CDI, com vencimentos entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021. Em 15 de dezembro de 2017 parte das operações foram liquidadas antecipadamente.

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO (Em milhares de reais - R\$)

Para o semestre findo em 30 de junho de 2022 não há mais saldo com captações no país.

ii) Captações no Exterior

A Sociedade, no curso normal de seus negócios, possui operações denominadas em moeda estrangeira, decorrentes de obrigações por empréstimos, captados junto à matriz no exterior do grupo Société Générale – Paris, com vencimentos até 2026, sujeitos   varia o cambial e juros de até 4,51% a.a. e que estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos.

Em 24 de novembro de 2017, a Sociedade captou empréstimo com o International Finance Corporation – IFC, no montante de R\$ 66.085, com taxas praticadas no mercado e vencimento em 15 de outubro de 2022.

b) Segrega o Varia o Cambial e Juros

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Varia�o Cambial	2.492	1.185
Juros	(755)	(755)

15. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de opera es de arrendamento mercantil. Em 30 de junho de 2022 foi registrado o montante de R\$ 498 (R\$ 798 em 31 de dezembro de 2021).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social   de R\$ 84.398 (R\$ 84.398 em 31 de dezembro de 2021), representado por 3.075.174 a es (3.075.174 em 2021), sendo 1.537.587 a es ordinárias e 1.537.587 a es preferenciais, sem valor nominal, pertencentes   acionista domiciliado no País. As a es preferenciais não têm direito a voto, porém ter o prioridade no caso de reembolso do Capital. Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 20 de maio de 2021 a redu o do capital social da companhia em R\$ 50.000. O pagamento ao acionista foi efetuado em 31 de agosto de 2021, após a aprova o do Banco Central do Brasil.

b) Reserva Legal

Constituída   razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do Capital Social realizado ou 30% do Capital Social, acrescido das Reservas de Capital. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 273 em 31 de dezembro de 2020) a Sociedade não constituiu reserva legal.

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO (Em milhares de reais - R\$)

c) Reservas Estatutárias

Devido ao prejuízo acumulado apurado, a Sociedade não destinou parte do resultado do semestre para reservas estatutárias.

d) Dividendos

Conforme previsto no estatuto da Sociedade, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 1% sobre o lucro líquido anual, conforme AGE aprovada em 17 de dezembro de 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi constituído R\$ 612 em reserva de lucros referentes a dividendos obrigatórios não distribuídos, conforme conf. Art. 1º da Resolução CMN nº 4.885, de 23-dez-20, que permite a distribuição de no máximo 30% do resultado.

17. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas decorrem transações realizadas nas mesmas condições de mercado e que apresentam os seguintes saldos:

	Ativo / <u>(Passivo)</u>		Receitas / <u>(Despesas)</u>	
	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
<u>Banco Société Générale Brasil S.A.</u>				
Disponibilidades	116	22	-	-
Aplica�es interfinanceiras (notas 7a e 7b)	85.510	90.425	4.280	1.965
Outras obriga�es diversas (nota 10c)	(63)	(63)	-	-
Depósitos interfinanceiros (notas 13a e 13b)	(115.040)	(86.602)	(3.881)	(3.469)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	1
Outras despesas administrativas (nota 18)	-	-	(405)	(405)
<u>Société Générale – Paris</u>				
Credores diversos – Fianças	(73)	(73)	(5)	(51)
Obriga�es por empréstimos no exterior	(16.675)	(26.504)	2.319	930

b) Remunera o do pessoal-chave da Administra o

O montante global anual pago a título de remunera o dos diretores no semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 1.857 (R\$ 1.444 em 2021).

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

Composição do montante pago aos Diretores

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Proventos	1.368	1.188
Contribuição ao INSS	<u>489</u>	<u>256</u>
Total	<u>1.857</u>	<u>1.444</u>

Em 30 de junho de 2022 e de 2021, não há na Sociedade nenhum benefício definido pós-emprego.

Outras informações:

I - Conforme legislação em vigor, a Sociedade não concede empréstimos ou adiantamento para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a própria Sociedade, quaisquer diretores ou administradores da própria Sociedade, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não foram efetuados pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Despesas com serviços do sistema financeiro	(4)	(5)
Despesas com serviços técnicos especializados	(1.026)	(548)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(46)	(22)
Despesa de arrendamento de bens	-	(39)
Despesas de aluguéis	(430)	(381)
Despesas de processamento de dados	(566)	(494)
Despesas com viagens	(114)	(3)
Despesas com transportes	(51)	(38)
Despesas com serviços administrativos prestados - ligada (nota 17a)	(405)	(405)
Despesas com amortização e depreciação	(40)	(46)
Despesas de comunicações	(59)	(51)
Despesas com promoções e relações públicas	(7)	(2)

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO (Em milhares de reais - R\$)

Despesas com seguros	(32)	-
Despesas com serviços de terceiros	(517)	(446)
Despesas com entidade de classe	(47)	(47)
Despesas com material	(7)	(10)
Despesas com contribuições filantrópicas	(38)	(46)
Outras	<u>(91)</u>	<u>(228)</u>
Total	<u>(3.480)</u>	<u>(2.811)</u>

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Receita de juros sobre créditos tributários	516	141
Receita de juros e multas	253	268
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	36	-
Reversão de provisões operacionais	4.696	1.654
Outras	<u>89</u>	<u>24</u>
Total	<u>5.590</u>	<u>2.087</u>

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Despesas com auditoria	(139)	(117)
Descontos concedidos	(11)	(6)
Despesas com publicação	(6)	(33)
Provisão pra riscos cíveis	(1)	-
Outras	<u>(1)</u>	<u>(3)</u>
Total	<u>(158)</u>	<u>(159)</u>

21. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale - Paris oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários da Sociedade planos de pagamentos baseados em a es. Os planos são classificados como pagamentos baseados em a es com liquida o em a es. Os planos de a es livres e diferidas são liquidados com entrega de a es do Société Générale - Paris.

SOCIETE GENERALE EQUIPMENT FINANCE S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

A seguir, demonstramos os valores de posição e movimentação nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Saldo Inicial	752	717
Constituição	<u>(88)</u>	<u>(24)</u>
Saldo final	<u>664</u>	<u>693</u>

22. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A Sociedade é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Sociedade provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

a) Saldo das provisões constituídas:

Classificadas como perda provável:

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Provisão para riscos trabalhistas	-	(700)
Provisão para riscos fiscais	(16.774)	(16.774)
Provisão para riscos cíveis	<u>(25)</u>	<u>(25)</u>
Total	<u>(16.799)</u>	<u>(17.499)</u>

b) Movimentação das contingências:

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Saldo inicial	17.499	-
(Reversão)/ Adição	<u>(700)</u>	<u>17.499</u>
Saldo Final	<u>16.799</u>	<u>17.499</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30/06/2022 E 31/12/2021 PARA CONTAS PATRIMONIAIS
DE 01/01 A 30/06 DE 2022 E 2021 PARA CONTAS DE RESULTADO
(Em milhares de reais - R\$)

Fiscais:

Relacionada ao julgamento da ADPF autuada sob nº 189 discutida com a Prefeitura de Barueri, referente a cobrança de ISS no período de 2016 e 2017.

Cíveis:

O processo cível foi contingenciado considerando a possibilidade de perda provável na ação judicial de reparação de danos autuada sob o n. 5053932-65.2021.8.24.0023, em trâmite perante a 6ª Vara Cível de Florianópolis.

Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

Trabalhistas:

O processo classificado como possibilidade de perda possível no valor da causa de R\$ 396 foi apresentado por ex-funcionário. Os pedidos judicialmente apresentados se resumem em: vínculo com entidade do Conglomerado; horas extra e seus reflexos, por equiparação à condição de bancário. Nas ações trabalhistas relativas as causas consideradas semelhantes, a provisão é constituída com base histórica nas eventuais condenações. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência, de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos externos.

Cíveis:

São ações de caráter revisional e condenatória. A ação de caráter revisional proposta por cliente, pleiteia a manutenção da posse de objeto de arrendamento mercantil, rediscussão dos encargos financeiros no valor de R\$ 242. A ação de caráter condenatória proposta por cliente, pleiteia a restituição de quantias pagas a título de antecipação de VRG, bem como ao pagamento de custas e despesas processual e honorários advocatícios, atribuindo a causa o valor de R\$ 1.106.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Medida Provisória nº 1115, de 2022 determina a alteração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, passando de 15% para 16%, para o período de 01 de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022.
